

# A INSPEÇÃO ESCOLAR E A NACIONALIZAÇÃO NO ESTADO NOVO: POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Ademir Valdir dos Santos\*

Naura Syria Carapeto Ferreira\*

## 1.Introdução

As políticas expressas nas práticas de configuração de um projeto nacionalizador estão presentes nas primeiras décadas do século XX, manifestadas em diversos setores hegemônicos da sociedade que buscaram inculcar idéias e valores que resultariam na homogeneização necessária para que o Brasil ingressasse na modernidade. A idéia de nação que congrega os mesmos valores e partilha sentimentos comuns de pertencimento, contudo, estaria ameaçada pela existência, em algumas regiões do Brasil, de comunidades organizadas com base em aspectos sociais de cunho étnico alienígenas, antinacionais e isentos de patriotismo. E foi, sobretudo durante o Estado Novo, que medidas com propósito nacionalista atingiram no Sul aquelas localidades oriundas da imigração européia, principalmente de raízes alemãs e italianas, instalando conflitos nas instituições sociais locais. As comunidades de imigrantes alemães criaram e mantiveram aspectos de identidade própria através do uso de língua estrangeira, de práticas religiosas protestantes e de hábitos e costumes. Nesse contexto, suas escolas comunitárias, conhecidas como escolas alemãs – *deutsche schulen* – eram fundamentais na perpetuação étnica.

No âmbito do projeto nacionalizador, a educação assumiu uma dimensão social fundamental, configurando as instituições escolares como um local de aprendizado e de gestação de idéias e valores de exaltação patriótica. E naquele momento histórico, contudo, essas escolas étnicas foram vistas como ambientes de desintegração que não atendiam à implementação de políticas e práticas pedagógicas, que precisavam estar em sintonia com o projeto getulista.

Com esta compreensão, este trabalho trata da educação escolar que foi estrategicamente utilizada com a intenção de eliminar focos contrários ao projeto nacionalista no período de 1937 a 1945. Um aparato legal foi elaborado, contendo

---

\* Professor pesquisador do PPG-ED– Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: ademir.santos@utp.br

\* Professora Titular da Universidade Tuiuti do Paraná, Professora do PPG-ED – Mestrado em Educação. Professora (aposentada) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: nauraf@uol.com.br

diretrizes para a gestão de uma política que pretendia a inserção, na sala de aula, de práticas pedagógicas, conteúdos e habilidades, delineando um espaço de reprodução de formas de pensar, sentir e viver conformados ao nacionalismo, alterando a cultura escolar original.

A análise dos efeitos da campanha de nacionalização sobre as políticas e práticas escolares foi realizada com base na produção científica já existente e, fundamentalmente, em fontes primárias de quatro escolas de áreas rurais do nordeste catarinense: livro de registro, contendo 97 atas do período entre 1949 e 1972; livro de inspeção escolar, que relata visitas realizadas de 1936 até 1974; onze edições de um jornal escolar, intitulado “Tudo pelo Brasil”, elaborado por alunos de segundo e terceiro anos, que datam do período entre agosto de 1941 e fevereiro de 1944; 5 atas de comemorações cívicas, de 1941 e 1942; relatório de informações de um estabelecimento de Ensino Primário Geral, de 1944, ao Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina; fotografias de escolas primárias rurais catarinenses, das décadas de 1930 e 1940.

## **2. Escolas étnicas, comunidades e nacionalismo**

Nas comunidades de imigrantes sulinas foi fato comum a criação, logo nos primórdios da colonização, de escolas para a aprendizagem das primeiras letras. Para os protestantes é prioridade e, portanto, fundamental possibilitar que as crianças conheçam os textos bíblicos luteranos: é preciso ler para conhecer a religião e seus preceitos, possibilitando uma comunicação direta dos sujeitos com Deus. Essa íntima associação entre a escolarização e a religião implicou que as primeiras escolas fossem utilizadas também como templos, até mesmo porque no período imperial havia proibição de outra expressão religiosa que não fosse a católica, sendo que não podiam ser edificadas construções com aspecto externo de templo.

Nas primeiras escolas comunitárias alemãs, criadas no século XIX e meados do século XX, utilizava-se o idioma alemão e os conteúdos curriculares tratavam especialmente de questões vinculadas à cultura teuta e européia. Os professores eram geralmente membros mais instruídos da comunidade e a manutenção do docente como da infra-estrutura da escola eram assumidas pelos moradores locais, que as financiavam. Mas as primeiras medidas nacionalistas de após a I Guerra Mundial exigiram transformações: a administração e os professores deviam ser brasileiros natos e falantes do português e o currículo devia incluir noções de civismo, geografia e história pátrias. Diversas instituições

fecharam porque não conseguiram atender às exigências. Na era Vargas, as políticas públicas em educação determinaram que as antigas escolas fossem incorporadas às redes públicas estaduais e municipais.

As escolas primárias catarinenses, que são objeto da investigação que origina este trabalho, se situavam em área rural do nordeste do estado, cujas comunidades ainda mantinham traços de identidade germânica bastante marcantes. A compreensão de uma perspectiva étnica é uma das premissas para a análise do processo de nacionalização e de seus impactos naquelas localidades. Conforme KREUTZ (1999, p.80):

Isso significa que a etnia, ou seja, o pertencimento étnico em processo, concorre na constituição de sujeitos e de grupos. É um elemento constituinte de práticas sociais e, ao mesmo tempo, as práticas sociais vão constituindo a reconfiguração étnica. Entendo, com Scott (1990), que tanto o gênero quanto o étnico perpassam os símbolos de uma sociedade, suas normas, sua educação, sua organização social. Isso significa que a educação é etnicizada, “atravessada” pela etnia. O étnico é elemento de diferenciação social, influi na percepção e na organização da vida social. Ele não se dá no abstrato. Manifesta-se nos símbolos, nas representações e nas valorações de grupos. O étnico concorre para que a uma forma específica.

Consideradas as medidas coercitivas nacionalistas, podemos perguntar qual o seu impacto na educação escolar nesse ambiente, particularmente identificando como as determinações da legislação educacional da época, inoculadas pela inspeção escolar, determinaram transformações na gestão e nas práticas pedagógicas. Em que medida as determinações de cunho nacionalista do Departamento de Educação foram atendidas pelos inspetores e seus auxiliares? O quanto essa política e conseqüentes ações promoveram de integração das escolas, conformando-as aos propósitos das políticas do Estado Novo? Que resistências as escolas e suas comunidades elaboraram na manutenção histórica de suas culturas escolares primordiais? Quais os efeitos da campanha de nacionalização sobre os conteúdos, práticas pedagógicas, estruturas e mecanismos de gestão escolar? Em que se afastaram da caracterização sócio-cultural local historicamente constituída, alterando sua identidade étnica e internalizando a ideologia governista? De fato, se atingiu o escopo de “...remover do território nacional a aparelhagem desnacionalizadora do ensino primário estrangeiro”? (Cf. SCHWARTZMAN, 1983, p.362).

### **3. Políticas educacionais e práticas pedagógicas para o abasileiramento**

No panorama social do período, as escolas constituíam instituições vistas como local privilegiado da elaboração de conteúdos étnicos. De acordo com SEYFERTH (1999, p.204-5), seu papel educativo era estratégico:

Se os teuto-brasileiros pareciam excessivamente étnicos na visão nacionalista que permeou a campanha de nacionalização – em parte devido às denúncias sobre a “conspiração nazista” enfatizada em publicações do início da década de 40 que usaram material coletado pelo Departamento de Ordem Política e Social –, isto não significa que os demais grupos apresentassem evidências atenuadas ou toleráveis de etnicidade. A significativa expressão numérica das “escolas alemãs” – quase 1 500 no Rio Grande do Sul e Santa Catarina – e a importância da imprensa, da literatura, das revistas e almanaques e seu papel na divulgação da germanidade, porém, deram visibilidade ao grupo “alemão” e o transformaram em paradigma do enquistamento.

Cabe discutir, então, o modo como se deu, na internalidade das escolas situadas em comunidades étnicas, a implementação da proposta política nacionalista, materializada nas práticas pedagógicas, orientada pelo Departamento de Educação, representante do governo e veículo de inoculação de seus objetivos.

No cotidiano das escolas primárias localizadas em comunidades de imigração alemã no Sul do Brasil, as políticas emanadas geraram práticas pedagógicas que foram alvo de inúmeras medidas “educativas” nacionalistas. Destaca-se que, especialmente nas antigas escolas alemãs – *deutsche schulen* – alguns aspectos foram alvos de maior atenção: a administração por parte de brasileiro nato, a exigência do uso da língua vernácula pelos docentes, a ênfase no estudo de História e Geografia do Brasil e nas noções de civismo. Na Educação Física contatou-se a prescrição de atividades que inculcavam a idéia de ordem, obediência e os valores de exaltação dos personagens e símbolos nacionais. A investigação realizada permite afirmar que uma variedade de recursos foi utilizada pelos professores, diante da insistente exigência e criteriosa verificação do atendimento às “recomendações” do serviço de inspeção escolar, em cumprimento às determinações legais do Departamento de Educação (Figura 1).

Figura 1 – Exaltação nacionalista em escola primária



Os professores, atendendo às determinações do Departamento de Educação, deviam ocupar-se, quotidianamente, de elaborar atividades que inculcassem nas crianças o patriotismo idealizado. Nessa direção verificou-se que foram corriqueiras as homenagens cívicas diárias, muitas vezes com presenças da comunidade, conforme se pode constatar nas atas dos Livros pesquisados. Passeatas, pelotões, pequenas paradas: aspectos de uma prática pedagógica com molde militarista foram inseridos nas escolas, desvelando não só o caráter nacionalista, mas também uma política autoritária, de formato vertical, que permitem a compreensão de domínio ali embutida. O controle da educação das crianças era feito através da comprovação das determinações políticas superiores que possuíam um caráter de formação subalterna aos valores, símbolos e princípios nacionalistas. A investigação realizada nos Livros de Termo de Visita da Escola Estadual de Estrada Isabel, no interior do município de Jaraguá, em Santa Catarina, permite afirmar que ao longo de todas as “visitas” do Inspetor, era exercido esse tipo de controle: “as aulas deverão ser ministradas como programa a visita. Varie os exercícios em geral. Espero que na próxima visita dê para fazer um julgamento sobre o progresso de seus alunos, já que até aqui notei que estão estabilizados. Ponha em práticas as sugestões que apresentei” (1936, p.24). As “sugestões” constituíam-se em determinações políticas que ratificavam o caráter autoritário nacionalista de estrutura política verticalizada e disciplinadora de um tipo de formação que garantisse a estrutura societária vigente.

Um conjunto de jornais escolares datados do período entre 1941 e 1944, redigidos e ilustrados por mãos infantis evidencia o alcance ideológico da nacionalização nos ambientes escolares. Num extrato, observa-se:

No dia 10 de novembro deu-se em nossa Escola a festa cívica da Inauguração dos retratos do Dr Getúlio Vargas e Nereu Ramos. Assistiram a solenidade os alunos e a professora alguns Paes. [...] ... fez uma oração sobre a data de 10 de novembro que todos ouviram com grande atenção. Em seguida cantemos “Hino Nacional”. E assim terminou um belo programa organizado por nossa professora, os alunos recitaram cantaram e foi-nos distribuídos doces e balas.  
Criança – Orgulha-te do Brasil ter um presidente como o Dr. Getulio Vargas.

#### **4. A inspeção escolar como forma de “supervisionar”**

A penetração da ideologia nacionalista no cotidiano escolar é verificada nos textos elaborados pelos inspetores escolares, que executaram um papel fiscalizador, verificando o atendimento das orientações legais do Departamento de Educação quanto à gestão, à

docência e às práticas pedagógicas nas unidades escolares.<sup>1</sup> O relato dos termos de visita continha a identificação da escola e a descrição da classificação e qualificação do professor. A seguir, no item matrícula, era registrada a quantidade de alunos por turma. A frequência mostrava os percentuais do dia da visita, contabilizando os faltantes. Seguia uma descrição das salas de aula, de seu mobiliário e do material didático em uso pelo professor e seus alunos. A escrituração se referia ao “correto e atualizado” preenchimento de documentos como os livros de chamada, de matrícula e de registro de exames.

Quanto à aprendizagem, pode ser indiretamente avaliada através do item aproveitamento, em que o inspetor, muitas vezes mediante a aplicação de alguma testagem por ele mesmo elaborada, verificava as habilidades de leitura e de uso linguagem oral, a assimilação de conteúdos de Educação Moral e Cívica, de Aritmética, Língua Portuguesa, História e Geografia. O relatório de visita finalizava com a “impressão geral” e as “recomendações”. Portanto, a inspeção escolar era dedicada à avaliação de questões de infra-estrutura, de gestão escolar e didático-pedagógicas. A visitação dos inspetores escolares às escolas das comunidades rurais deixou registros que descortinavam a ótica governamental, uma vez que assimilavam as orientações do Departamento de Educação, a serviço da nacionalização.

Vale lembrar, com Saviani (2006), que esta concepção de inspeção se origina em políticas imperiais e já existia no âmbito das Reformas Couto Ferraz, no Regulamento de 17 de fevereiro de 1854 que estabeleceu como:

...missão do inspetor geral “supervisionar”, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou por membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casa de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares. Além disso, cabia, também, ao inspetor geral presidir os exames dos professores e lhes conferir o diploma, autorizar a abertura de escolas particulares e até mesmo rever os livros, corrigi-los ou substituí-los por outros. (SAVIANI, 2006, p. 23)

O fundamental, agora acirrado no período nacionalista, era que a inspeção assegurasse a formação de “cidadãos” disciplinados na perspectiva hierárquica, no Estado Novo, aos moldes da ditadura implantada.

O termo de inspeção do dia 16 de junho de 1937 ajuda a perceber a organização escolar naquele momento. Como a maioria das escolas comunitárias rurais catarinenses, era multisseriada, atendia 50 alunos, sendo 29 crianças do 1º. ano, outras 14 do 2º. e

---

<sup>1</sup> Os termos de visita analisados tinham uma estrutura geral similar, mesmo que elaborados por diversos inspetores, em diferentes épocas do período em análise. Quando descreviam o professor, apareciam os termos regente ou interino, auxiliar, provisório, titulado ou não titulado, normalista ou não normalista.

apenas sete do 3º. O regente atuava em caráter provisório, por causa do recente afastamento do professor que lecionava utilizando a língua alemã. Segundo os registros, “os bancos escolares eram antiquados e estavam em regular estado de conservação (...) faltava o seguinte material didático: um mapa do Estado, uma Bandeira Nacional, giz, penas, tintas e papel almaço e livros didáticos” (1936, p.3). Já “a escrituração estava sendo feita conforme os modelos oficiais, mas com algumas rasuras e emendas; conferia”. Observação mais contundente foi feita do ponto de vista didático:

o aproveitamento dos alunos foi sofrível em todas as matérias. Notei nulidade em Líng. nal; a leitura pouco desembaraçada e clara; os alunos do 3º. ano estavam regularmente encaminhados em aritmética e os do 2º. ano já resolviam problemas sobre as quatro operações; o conhecimento da história Pátria, Geografia e Educação Cívica não satisfazia; (sic)

O inspetor tinha compromisso com a perspectiva de que a escola necessitava de uma reformulação em suas práticas. Os aspectos pedagógicos próprios das escolas alemãs eram prejudiciais, principalmente por não utilizarem o vernáculo e ignorarem os valores nacionais. Os registros pesquisados permitem constatar que o inspetor deixou recomendações que confirmavam essas preocupações, salientando a responsabilidade com a ideologia educacional apreçada pelo governo:

Introduzir nas aulas de leitura e linguagem oral, a reprodução dos textos lidos e a conversação animadora sobre todas as cousas úteis e agradáveis, que interessam as crianças; cuidar, com ardor, da pronúncia correta e da significação dos vocábulos; aprimorar a aprendizagem da aritmética, direcionando-se até o perfeito desembaraço, nos pontos do programa; animar as crianças para o conhecimento da nossa História, da nossa Geografia, procurando meios intuitivos e atraentes (mapas, revistas, desenhos no quadro, visando à conservação de tudo que lhes fossem explicado; não esquecer as lições sobre a educação moral e cívica, sobre a higiene em geral (sic)

Percebe-se que o trabalho docente não era simples. Os professores substitutos se encontravam diante de um grupo de crianças que falavam apenas os dialetos alemães da sua comunidade e cujos referenciais culturais eram fruto da imigração. Não é difícil imaginar a expressão oral do alunado que resultava da aprendizagem da língua portuguesa, marcada pelo sotaque! Os erres diferentemente articulados, a entonação das sílabas que apresentam o til as trocas de letras, etc.<sup>2</sup> Este aspecto constava dos relatório de Ensino Primário Geral, no item 24 – Liga Pró-Língua Nacional, através das perguntas: “Os alunos das primeiras séries têm sotaque estrangeiro? Todos ou parte? Qual o idioma que essa prosódia reflete?” Mas o inspetor explicou:

---

<sup>2</sup> Entre os bilíngües teuto-brasileiros, alguns elementos na fala do português são característicos. Por exemplo, a pronúncia equivocada dos sons de erres, em termos como carroça; a não nasalização na pronúncia de sílabas com til, que fazem o termo “pão” ser pronunciado como “pom”, confundindo-se com o termo “bom”. Do ponto de vista de uma gramática normativa tradicional, erros condenáveis e que deviam ser eliminados.

Ao atual professor não lhe cabe culpa sobre o fraco aproveitamento de seus alunos, porque faz quarenta dias que iniciou o exercício nesta escola. O atraso deduz-se pelo desleixo mantido pelo ex-professor ... que sendo mestre nessa escola estadual e muito recomendado pelo meu antecessor, sôbre o ensino das matérias em vernáculo, ministrava todas as aulas no idioma alemão. (sic)

Constata-se que cabia ao professor designado, sob as orientações da inspeção, atender aos preceitos do Departamento de Educação e da Inspeção Federal, de orientação nacionalista.

O sr. Professor rege esta escola desde o mês de maio do ano de 1937, tendo melhorado muito a aprendizagem e o entendimento do idioma nacional dos alunos. O sr. Professor é esforçado e dedicado. Por isso, recomendo-lhe continuar reforçando as suas atividades na defesa dos sentimentos de brasilidade dos alunos.

Uma inspeção realizada no ano de 1944 registrou que o aproveitamento era “bom a muito bom e educação moral e cívica principalmente quanto ao ensino, digo, ao uso da língua nacional que vai se tornando mais intenso e extenso”. Já no texto da ata de agosto de 1945 dizia que “...o trabalho de nacionalização vem sendo muito bem conduzido”.

Os resultados mostram que a inspeção escolar assimilou as orientações nacionalistas do Departamento de Educação. Constata-se que a gestão se constituía em instrumento ideológico a serviço do enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces do patriotismo, alvejando uniformização e homogeneização, o que transformou a escola num ambiente de conflitos. De um lado, os atores locais, fundadores das escolas, responderam à coerção governamental, embasados por um conjunto de referenciais étnicos. De outro, os inspetores escolares e os professores designados, orientados pelo Departamento de Educação, agiram conforme as orientações nacionalistas, contrapondo-se às perspectivas sócio-culturais historicamente elaboradas pelas comunidades. Os termos de visita continham exigências para a atuação docente, as ações pedagógicas e os conteúdos curriculares, que buscaram utilizar a escola como veículo para a construção de uma identidade nacional: os alunos precisavam abandonar referenciais individuais, familiares e coletivos em troca da assimilação da língua vernácula, de conhecimentos sobre a Pátria e de preceitos ético-morais impostos! Mas as práticas pedagógicas se confrontaram com a formação cultural das crianças, devida às influências familiares e de outras instituições originárias da imigração alemã, resistente às metodologias coercitivas. Os inspetores e os professores - estes como substitutos dos antigos docentes que ministravam aulas em alemão - atuaram como adversários na luta pela manutenção histórica das culturas escolares das escolas primárias.

## **5. A inspeção escolar após 1945: continuidade dos ditames legais?**

Analisar as atas de inspeção escolar elaboradas depois do Estado Novo contribui para delinear o quadro em que as dinâmicas da escola, os movimentos da comunidade e as interações entre os vários atores se efetivaram. O processo é lido em função de elementos culturais de identidade étnica que influenciaram e orientaram as ações perante as transformações que a legislação educacional determinou. Mas como ficou o projeto de nacionalização nas escolas?

Cabe discutir os componentes do discurso que preservaram os objetivos do nacionalismo. No termo de visita a uma escola, em outubro de 1946, o inspetor registrou: “o trabalho de nacionalização é bom”. Em junho de 1952, apresentou o novo professor regente, cuja chegada coincidiu com a data assinalada como de início das atividades do Círculo de Pais e Professores naquela comunidade. A inspeção assinalou: “É louvável o que o professor regente vem alcançando nesta localidade, em favor da escola e do ensino”.

A impressão do inspetor sobre o relacionamento entre o professor e a comunidade local foi apresentada durante uma reunião do Círculo de Pais e Professores, em 1953: “Meus aplausos ao sr. Professor regente pelos ótimos resultados que vem alcançando com seus alunos juntamente com os pais dos mesmos. Espero que continue com o mesmo entusiasmo a trabalhar na grande obra de educação e nacionalização dos pequenos que lhe são confiados.” A inspeção pressupunha que o projeto educacional docente e das famílias era semelhante! O ideário da nacionalização permanecia!

O mesmo inspetor voltou à escola em novembro de 1954, quando elaborou o costumeiro elogio: “Por tudo quanto me foi dado observar, deixo aqui consignados os meus sinceros louvores ao sr. Professor pela maneira patriótica com que vem cumprindo os seus sagrados deveres.” Com o mesmo tom, finalizou a ata de visita de setembro de 1955: “Deixo consignados os meus sinceros aplausos pelo grande trabalho educacional e nacionalizador desenvolvidos pelos senhores professores desta escola, e de maneira especial o professor regente.” Ora, findo o Estado Novo, por que o inspetor escolar continuava ressaltando aspectos do projeto nacionalista em suas observações?

## **6. Concluindo: a natureza das práticas pedagógicas e da inspeção escolar no Estado Novo**

A natureza da educação vincula-se na mediação que exerce entre o contexto e o ser educando, como indica Saviani em sua assertiva: “a educação é entendida como um processo de mediação no seio da prática social global” (SAVIANI, 1980, p.120). A inspeção (do latim, *inspec-tiō-onis*) etimologicamente significa “ato de ver, vistoriar, examinar” (CUNHA, 1994, p. 439). Portanto, toda a inspeção está subordinada a uma concepção de educação que fundamenta uma política exarada ou em vigor. Sua função, especificamente, é garantir o cumprimento de uma determinada política em práticas pedagógicas e vistoriar que se tornem efetivas as suas prescrições.

A pesquisa realizada permite afirmar que a inspeção escolar no período do Estado Novo configura uma política nacionalista de caráter autoritário, disciplinador e subalternizador das políticas e das práticas pedagógicas nas escolas primárias, possibilitando, sobretudo, a formação dos educandos nos termos registrados pelos documentos oficiais deste período ditatorial. Sua função constituiu-se, fundamentalmente e exclusivamente em garantir que as determinações superiores fossem cumpridas sem o menor exame das condições concretas dos educandos em sua realidade local.

### **Referências**

- ARQUIVO do autor. *Livro de Termo de Visita*. Jaraguá do Sul. 1936.
- \_\_\_\_\_. *Livro de Atas da Sociedade Escolar*. Jaraguá do Sul. 1952.
- ARQUIVO Histórico Eugênio Schmöeckel. Jaraguá do Sul, SC.
- CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p.79-96, jul.1999.
- PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- SAVIANI, D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, N. S. C. *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- \_\_\_\_\_. Educação Brasileira: problemas. In: SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- SCHWARTZMAN, S. (Org.) *Estado Novo, um Auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.199-228.